

boletim informativo

Nº 2

2023

**SERVIÇO DE ARTICULAÇÃO
INTERFEDERATIVA E PARTICIPATIVA
NO RIO DE JANEIRO (SEINP/RJ)
MINISTÉRIO DA SAÚDE**

Apresentação

Neste segundo Boletim Informativo do ano de 2023, nós do Serviço de Articulação Interfederativa e Participativa da Superintendência Estadual do Ministério da Saúde no Rio de Janeiro (SEINP-RJ/SEMS-RJ) trazemos uma atualização da situação de alimentação dos instrumentos de planejamento do SUS no Sistema DigiSUS Gestor Módulo Planejamento (DGMP). São apresentadas as situações tanto do Estado (Secretaria Estadual de Saúde - SES/RJ), quanto dos 92 municípios do estado. São priorizados os anos de 2022 e 2023 nos que se referem aos instrumentos anuais (relatórios de gestão e programações anuais de saúde).

Destacamos que é alta a quantidade de instrumentos que se encontram pendentes de análise dos conselhos de saúde, o que mostra a importância de se promover a integração entre a gestão e o controle social em cada local para que não haja pendências e consequências decorrentes da ausência de alimentação no sistema. É necessário também maior participação nas capacitações ofertadas pelo SEINP-RJ em parceria com a Assessoria de Planejamento da SES-RJ.

Por fim, nesse Boletim Informativo também apresentamos o resultado de pesquisa realizada pelo setor acerca do Programa Brasil Soridente e da Política de Saúde Bucal nos instrumentos de planejamento do SUS nos entes do Estado do Rio de Janeiro, com importantes achados para análise e aprofundamento da temática.

Desejamos uma boa leitura! E lembramos que nossa equipe está sempre à disposição para dúvidas e trocas diversas.

Situação dos Instrumentos de Planejamento no DGMP no Estado do Rio de Janeiro	3
Plano Estadual de Saúde (2020-2023)	3
Programação Anual de Saúde (2022 e 2023)	3
Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior (Q1/Q2/Q3 - 2022 e Q1 - 2023)	4
Relatório Anual de Gestão (2021 e 2022)	5
Situação dos Instrumentos de Planejamento dos Municípios do Rio de Janeiro no DGMP	6
Planos Municipais de Saúde (2022-2025)	6
Programação Anual de Saúde (2022 e 2023)	6
Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior (Q1/Q2/Q3 - 2022 e Q1 - 2023)	7
Relatório Anual de Gestão (2021 e 2022)	8
Programa Brasil Soridente e a análise da inserção das Políticas de Saúde Bucal nos Planos Municipais de Saúde	9



MINISTÉRIO DA SAÚDE



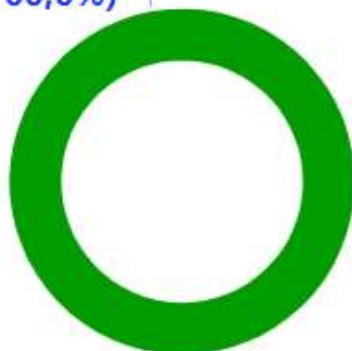
Situação dos Instrumentos de Planejamento no DigiSUS Gestor (DGMP) no Estado do Rio de Janeiro

Com base nas informações apresentadas nos gráficos a seguir, vamos fazer uma análise da situação dos Instrumentos de Planejamento do SUS no sistema DGMP do Estado do Rio do Janeiro.

Salientamos a obrigatoriedade de utilização do sistema DGMP por estados, Distrito Federal e municípios, a partir da portaria nº 750 de 2019 do Ministério da Saúde.

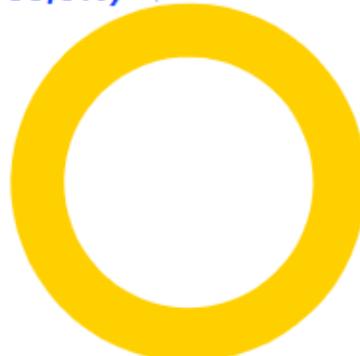
A. Plano Estadual de Saúde:2020-2023

1 (100,0%)



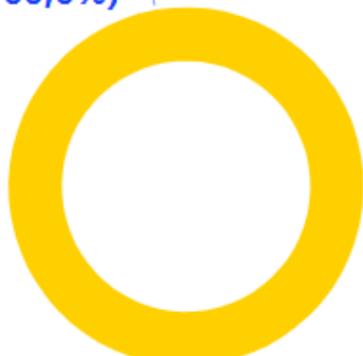
● Aprovado

1 (100,0%)



● Em Análise no Conselho de Saúde

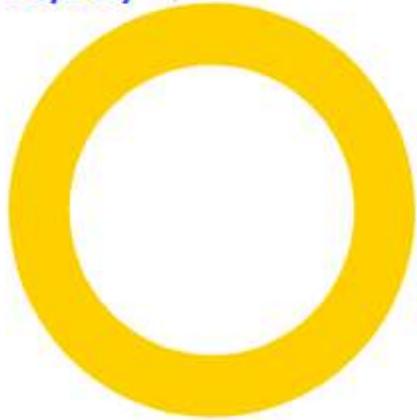
1 (100,0%)



● Em Análise no Conselho de Saúde

Dados coletados entre os dias
15 e 21/06/2023.

1 (100,0%)



C1. 1º Relatório Detalhado de
Quadrimestre Anterior:2022

● Em Análise no Conselho de Saúde

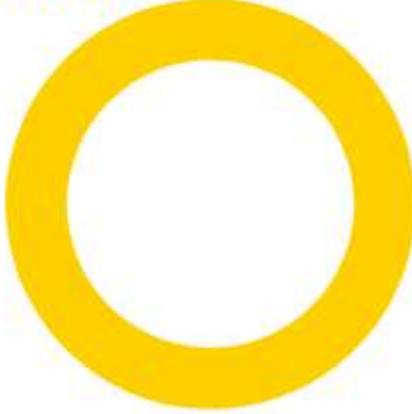
1 (100,0%)



C2. 2º Relatório Detalhado do
Quadrimestre Anterior:2022

● Em Análise no Conselho de Saúde

1 (100,0%)



C3. 3º Relatório Detalhado de
Quadrimestre Anterior:2022

● Em Análise no Conselho de Saúde

1 (100,0%)



C4. 1º Relatório Detalhado de
Quadrimestre Anterior: 2023

Dados coletados entre os dias
15 e 21/06/2023.

● Em Análise no Conselho de Saúde

D1. Relatório Anual de Gestão:2021

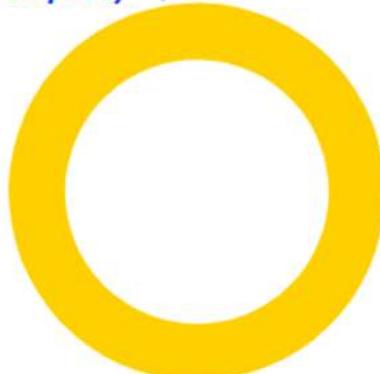
1 (100,0%)



● Em Análise no Conselho de Saúde

D2. Relatório Anual de Gestão:2022

1 (100,0%)



Dados coletados entre os dias 15 e 21/06/2023.

● Em Análise no Conselho de Saúde

Analizando a situação dos instrumentos estaduais do Rio de Janeiro no DigiSUS podemos ver que todos os documentos foram finalizados, porém apenas o Plano Estadual de Saúde 2020-2023 apresenta o status como aprovado.

Os demais instrumentos encontram-se em apreciação no Conselho Estadual de Saúde.

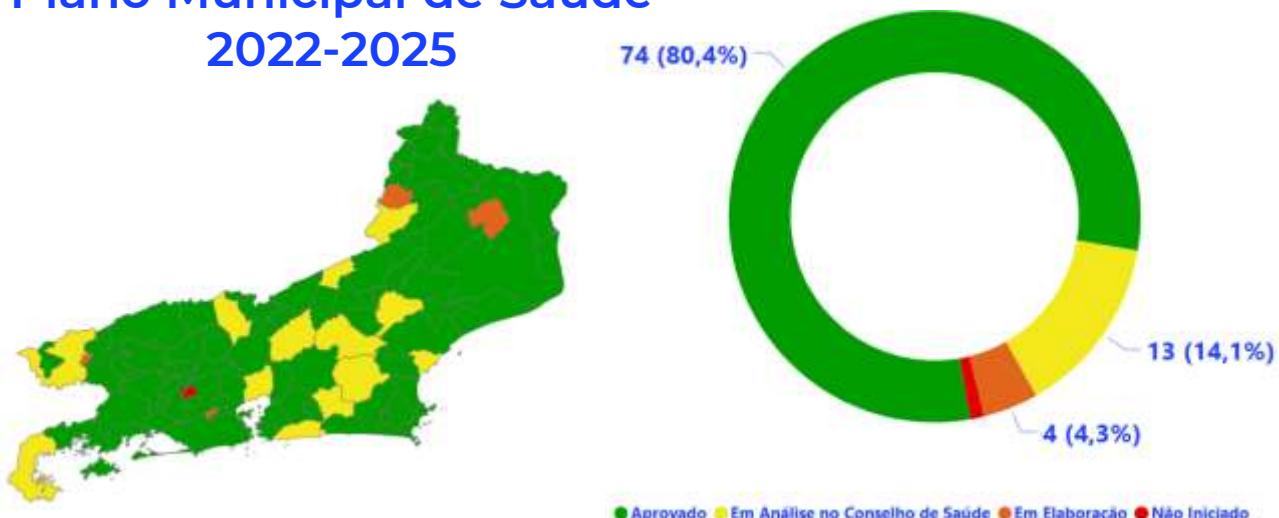
Vale lembrar que este é o ano primeiro ano da gestão 2023-2026, portanto, o ano de início do novo ciclo e de elaboração do Plano Estadual de Saúde, que deverá contemplar as diretrizes emanadas da Conferência Estadual de Saúde de 2023.

[CLIQUE AQUI](#) e acesse o Painel Power BI SEINP/RJ Nº 2/2023 ou acesse por um dispositivo móvel:



Situação dos Instrumentos de Planejamento dos municípios do Rio de Janeiro no DGMP

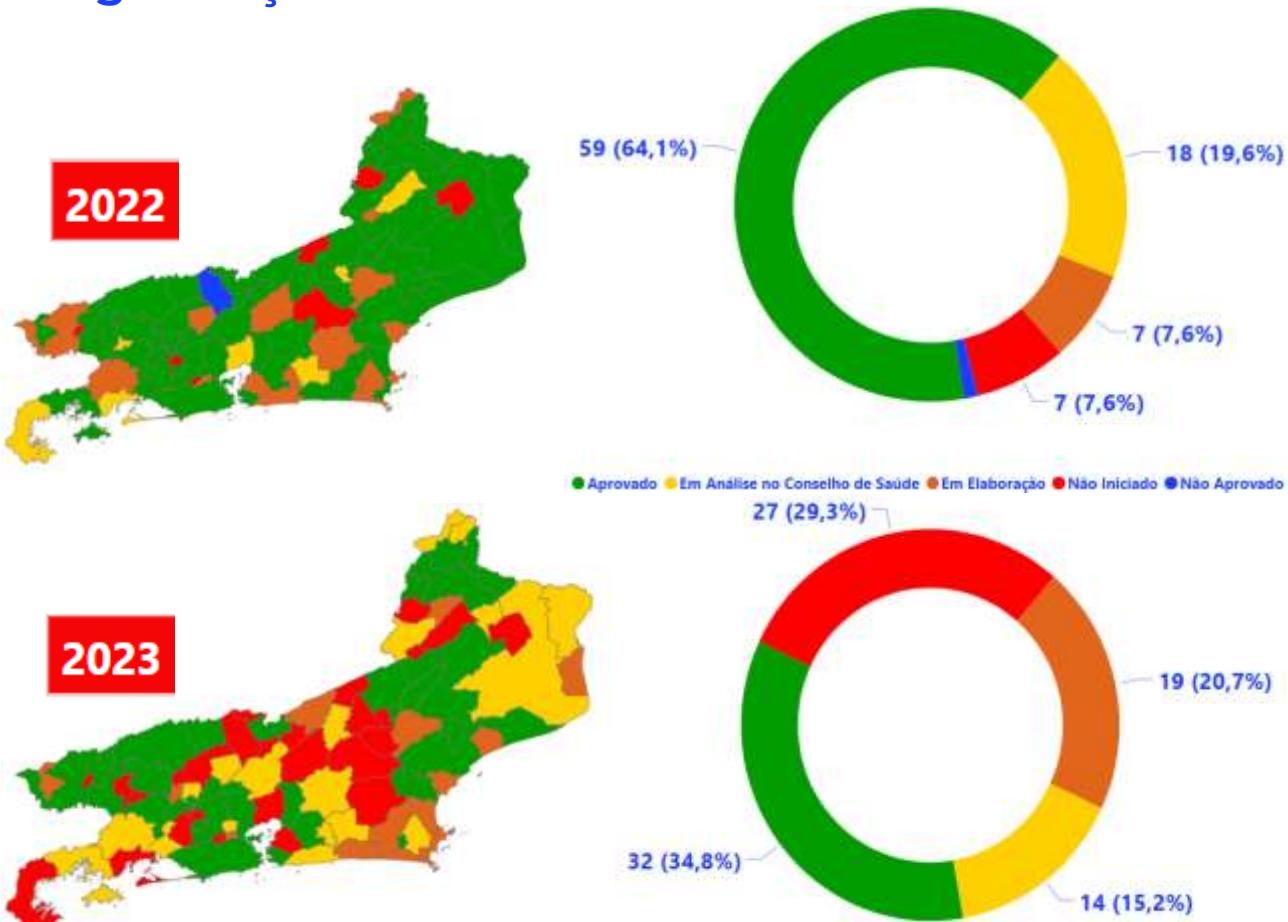
Plano Municipal de Saúde 2022-2025



Quanto aos Planos Municipais de Saúde de 2022-2025, o gráfico acima apresenta que os municípios em quase sua totalidade (80%) estão com os planos inseridos no sistema e aprovados. Porém, ainda há 13 municípios que estão com este instrumento pendente de análise pelo Conselho de Saúde.

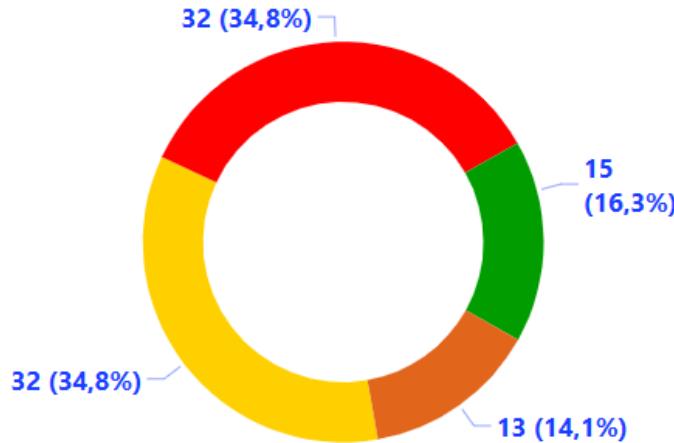
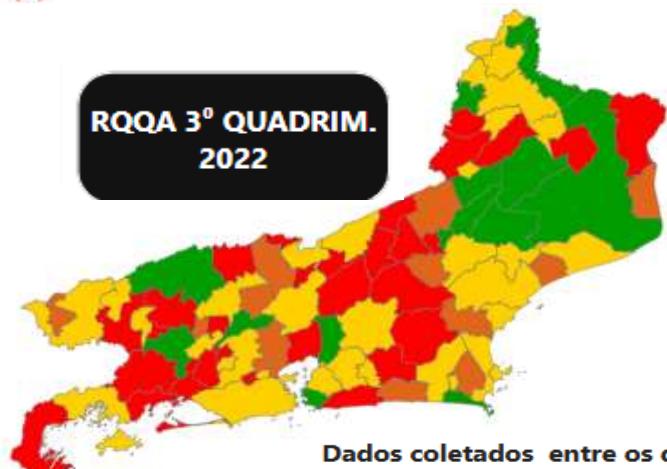
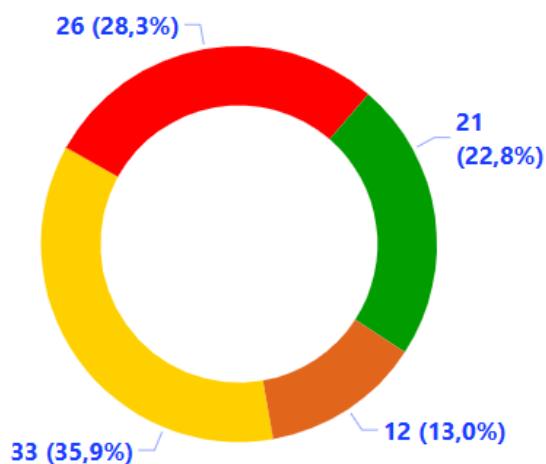
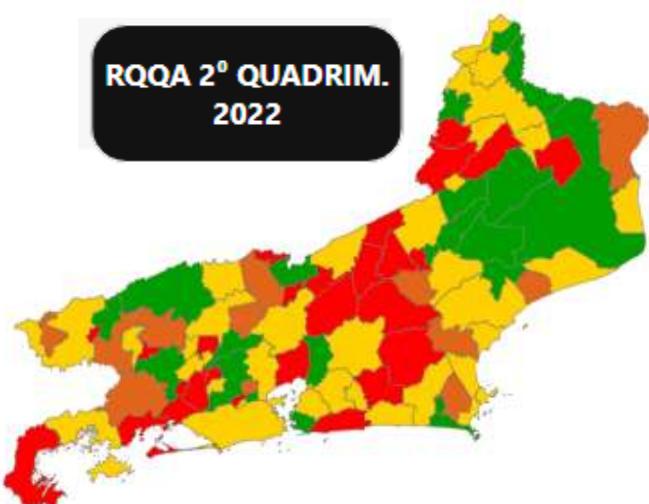
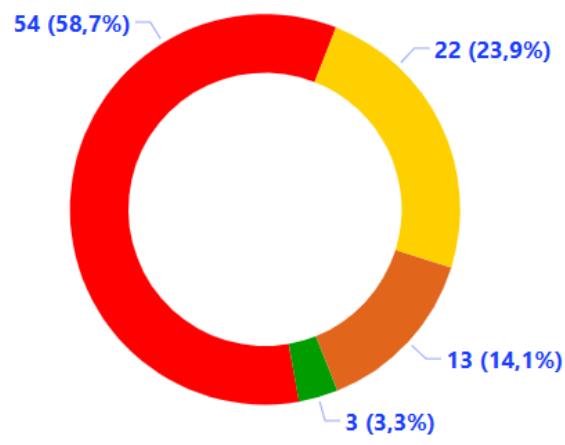
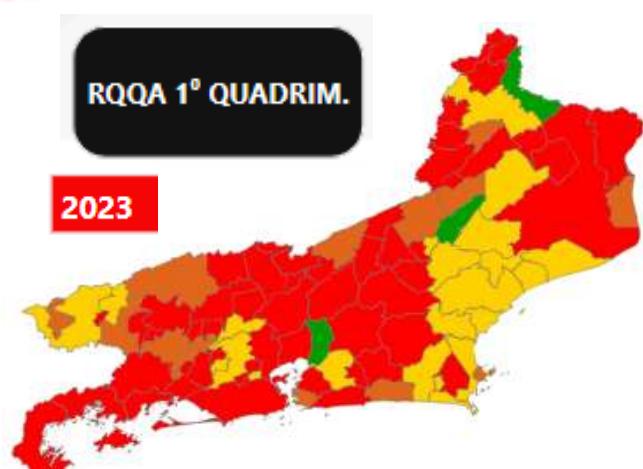
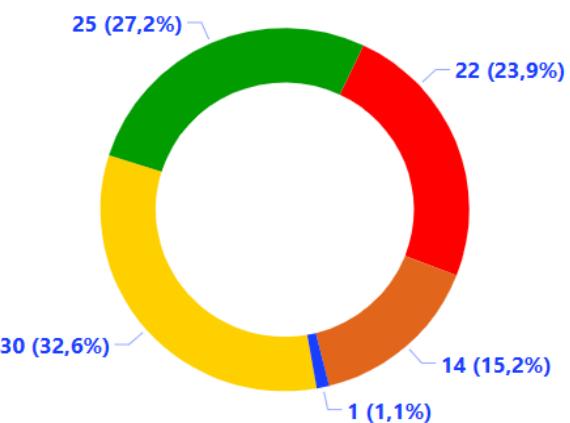
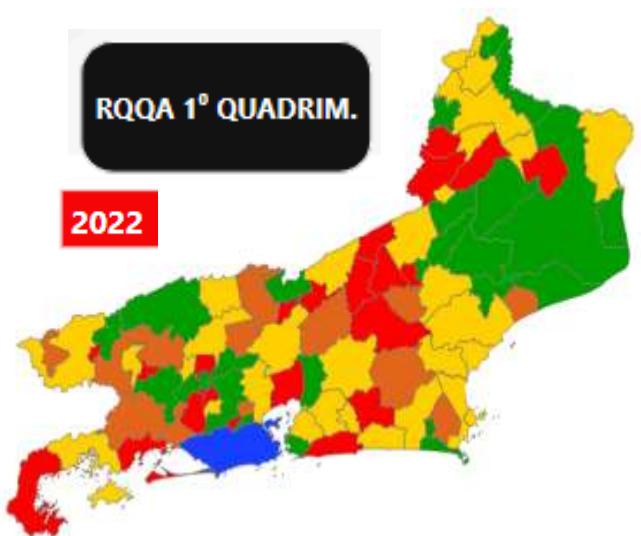
Outros 5 municípios ainda não enviaram seu Plano de Saúde no DigiSUS para apreciação do Conselho Municipal de Saúde.

Programação Anual de Saúde



Observando os dados acima referentes à Programação Anual de Saúde (PAS) 2022 e 2023, podemos notar que há também uma grande quantidade desses documentos em "Análise no Conselho de Saúde". Há também um considerável volume, ainda em 2022 e, principalmente neste ano de 2023, de municípios sem Programação Anual de Saúde – com status "não iniciado" ou "em elaboração" - no DGMP.

Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior



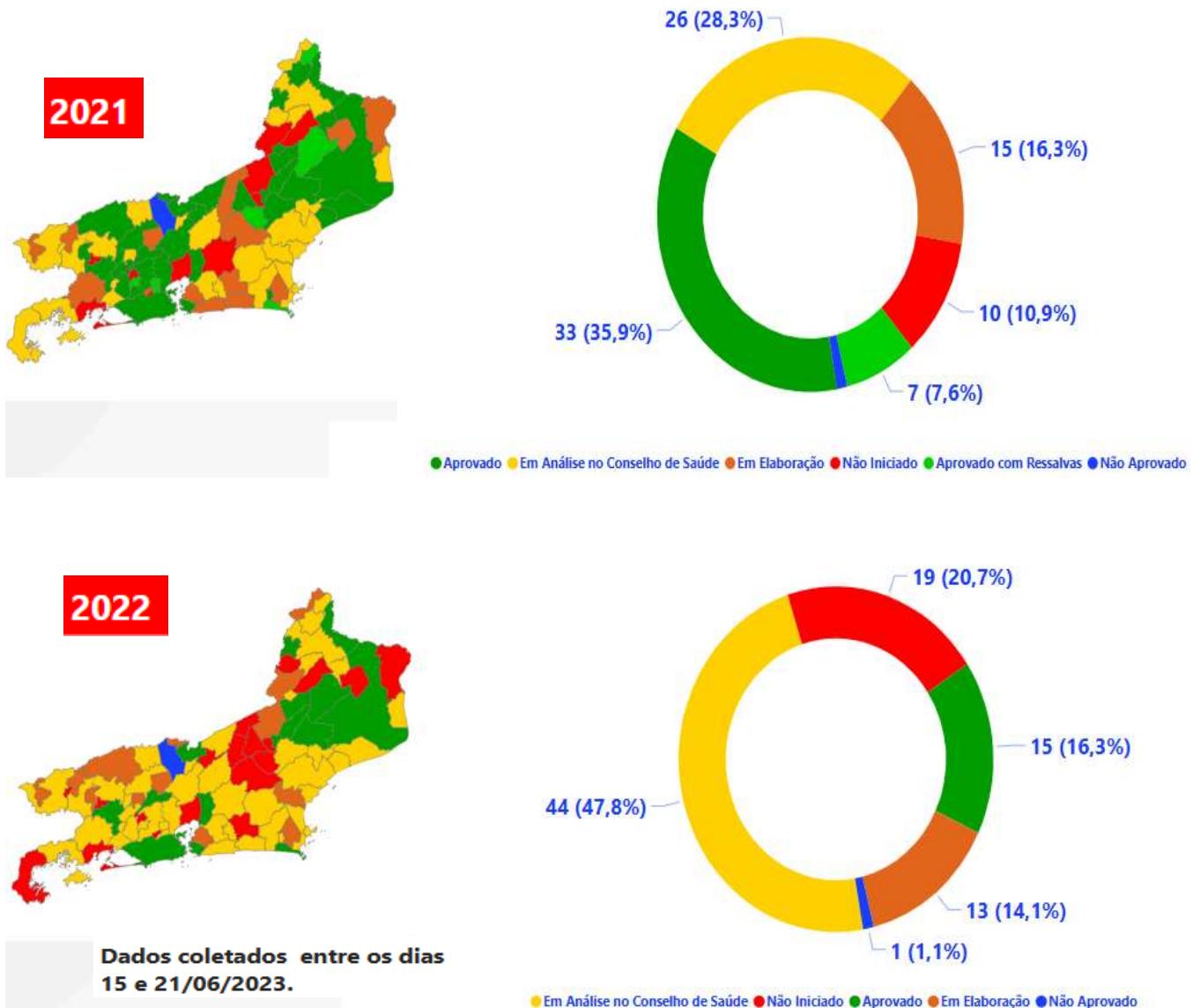
**Dados coletados entre os dias
15 e 21/06/2023.**

● Em Análise no Conselho de Saúde ● Não Iniciado ● Avaliado ● Em Elaboração

Os dados acima mostram que poucos municípios estão com os relatórios avaliados, diminuindo o índice conforme o tempo. De forma oposta, quanto mais recente o recorte do Relatório aumenta-se o número de municípios com relatórios não iniciados ou em elaboração.

A maioria dos municípios está com os Relatórios Quadrimestrais em atraso, visto que o prazo para apresentação dos mesmos é até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro (art. 36, § 5º da LC 141/2012).

Relatório Anual de Gestão



Observando os gráficos acima, referente ao RAG 2021, conclui-se que pouco mais de 35% dos municípios estão com o instrumento finalizado (aprovado).

Já o gráfico referente ao RAG 2022, mostra que pouco mais de 16% dos municípios estão com o instrumento aprovado e mais 20% ainda não iniciaram a confecção desse instrumento no sistema DGMP.

Diante do que nos mostram os gráficos acima, cumpre-nos ressaltar que o RAG (Relatório Anual de Gestão), deve ser elaborado e aprovado no Conselho de Saúde do município até 30 de março do ano subsequente ao exercício (art. 36, § 1º da LC 141/2012).

A partir dessa análise trazida nesse Boletim e em todas as edições anteriores fica claro a necessidade do Ministério da Saúde, por meio do Serviço de Articulação Interfederativa e Participativa, continuar desenvolvendo aprimorando as ações de educação continuada com os gestores, técnicos e conselheiros locais.

Programa Brasil Soridente e a análise da inserção das Políticas de Saúde Bucal nos Planos Municipais de Saúde



No Brasil, o acesso à saúde bucal sempre foi um desafio enfrentado pela população. Durante muito tempo, a odontologia esteve à margem das políticas públicas de saúde. Apenas raras ações pontuais em algumas escolas e alguns tratamentos emergenciais eram ofertados.

Um dos índices mais utilizados na Odontologia, o CPO-D, que mede a quantidade de dentes cariados, perdidos ou obturados (restaurados) teve uma queda acentuada nas últimas 3 décadas, refletindo numa população adulta e idosa, principalmente nas classes mais pobres, ainda desdentada.

Com o advento do SUS e sobretudo a Emenda Constitucional 29 (2000) que obrigou a União, os Estados e os Municípios a destinar um recurso mínimo para saúde, com a necessidade de atuação do Controle Social, houve um pequeno avanço na área, mas somente em 2004, foi lançado o Programa Brasil Soridente, uma iniciativa do Ministério da Saúde que representou um avanço significativo na política de saúde bucal do país. O programa buscou reorganizar e ampliar os serviços odontológicos oferecidos pelo SUS, com foco na atenção primária e na promoção da saúde bucal.

As Políticas Públicas de Saúde Bucal, por meio do Programa Brasil Soridente, têm buscado promover ações de prevenção, do diagnóstico precoce, do tratamento adequado e da educação em saúde bucal e garantir o acesso de qualidade aos serviços odontológicos para todos os brasileiros. Por meio desse programa foram implantadas e expandidas as Equipes de Saúde Bucal nas Estratégias de Saúde da Família, levando atendimento odontológico com o objetivo de reorganizar a atenção primária.

Além disso, foram criados os Centros de Especialidades Odontológicas (CEOs), que oferecem tratamentos especializados de média complexidade e houve uma expansão da oferta de próteses dentárias, pela implantação de Laboratórios Regionais de Próteses Dentárias (LRPD) e a viabilização da adição de flúor nas estações de tratamento de águas de abastecimento público.

Para garantir uma abordagem interdisciplinar e transversal, o Programa Brasil Soridente conta com a participação de diversos profissionais de saúde. Além dos cirurgiões-dentistas, também estão envolvidos auxiliares e técnicos em saúde bucal, agentes comunitários de saúde, enfermeiros, médicos, psicólogos, fonoaudiólogos, entre outros profissionais. Essa abordagem integrada permite um cuidado mais abrangente, considerando não apenas a saúde bucal, mas também sua relação com a saúde geral e a dignidade.

A Saúde Bucal agora é uma Política Pública de Estado

Recentemente, em maio de 2023, foi sancionada a Lei nº 14.572, que inclui as políticas públicas de saúde bucal na Lei 8.080/80, na chamada Lei Orgânica da Saúde. Essa medida representa um marco importante, pois confere maior respaldo legal às ações e programas voltados para a saúde bucal, reforçando seu caráter essencial e sua integração com as demais políticas públicas de saúde do país.

A implementação efetiva de políticas públicas de saúde bucal no Brasil enfrenta diversos desafios, que incluem as desigualdades regionais e socioeconômicas no acesso aos serviços odontológicos, baixos salários dos profissionais do SUS e a existência de disputa do escasso orçamento na agenda de prioridades do país.

Diante dessas dificuldades, é fundamental fortalecer a sensibilização e a conscientização sobre a importância da saúde bucal e seus impactos na saúde geral da população. Além disso, é necessário promover a articulação entre os diferentes atores envolvidos na saúde bucal, incluindo governos, profissionais de saúde, sociedade civil e instituições acadêmicas, para buscar soluções conjuntas e garantir a priorização e o avanço das políticas de saúde bucal.

A alocação adequada de recursos financeiros, a valorização e capacitação dos profissionais de saúde bucal, e a promoção da saúde bucal como uma prioridade nacional são alguns caminhos possíveis para superar essas dificuldades e fortalecer as políticas públicas de saúde bucal no Brasil.

E qual o cenário do Programa Brasil Soridente nos Planos Municipais de Saúde?

Em virtude da publicação da [Lei N° 14.572, de 8 de maio de 2023](#), e do relançamento do [Programa Brasil Soridente](#), o objetivo desse artigo foi analisar, rapidamente, a inserção de ações voltadas as políticas públicas de saúde bucal nos planos de saúde (PS) municipais fluminenses de 2022-2025, disponibilizados no Portal do DigiSUS Gestor – Módulo de Planejamento (DGMP),

Os dados foram tabulados numa planilha do Excel, entre os dias 02 e 07 de junho de 2023, descartando os municípios com status do PS marcados como não iniciados ou em elaboração, além de municípios que não apresentavam os PS em formato de texto no DGMP. No total foram analisados os dados de 84 municípios do estado do Rio de Janeiro.

Quatro perguntas foram feitas na análise desses planos e em cada uma dessas perguntas foi elaborada um gráfico de pizza dizendo apenas se os planos de saúde apresentavam ou não determinado conteúdo pesquisado.

Tais dados foram apresentados no nosso Painel, utilizando-se a ferramenta do PowerBI.

Pergunta 1: Em seu Plano de Saúde, o município cita a expressão “Brasil Soridente”?



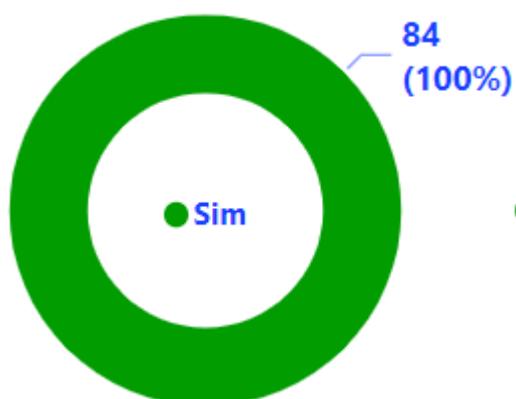
A expressão PROGRAMA BRASIL SORRIDENTE é utilizada como sinônimo das ações de Políticas Públicas em Saúde Bucal disponibilizadas pelo SUS. Tais políticas estão dispersas nas inúmeras Portarias e atos normativos editados pela União.

O governo federal atual elencou o Brasil Soridente como uma de suas prioridades na área da saúde, repaginando as marcas do Programa.

Como a Saúde Bucal ainda não era tratada como um Programa de Estado e precisava se consolidar no SUS, muitos gestores pararam de utilizar tal expressão.

Isso se reflete claramente nesses dados coletados, por outro lado, verificamos que ainda 10% dos planos municipais trazem essa expressão consagrada.

Pergunta 2: Em seu Plano de Saúde, o município cita a palavra Odontologia ou Saúde Bucal?

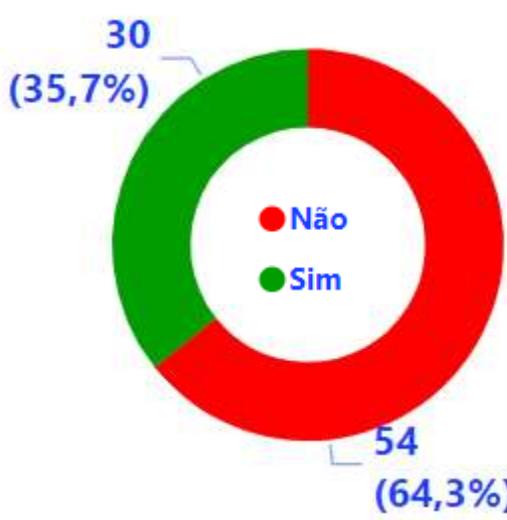


Para localizarmos facilmente se o Plano de Saúde tem conteúdo sobre a ODONTOLOGIA ou sobre a SAÚDE BUCAL basta buscar por essas palavras no documento.

E todos os Planos de Saúde analisados citaram, pelo menos em algum momento, um desses dois termos.

Dados coletados
entre os dias
02 e 07/06/2023.

Pergunta 3: Em seu Plano de Saúde, o município faz referência as Ações Coletivas de Escovação Bucal Supervisionada?



As Ações Coletivas de ESCOVAÇÃO BUCAL SUPERVISIONADA são tradicionalmente utilizadas como indicador de atividades de prevenção em saúde bucal realizadas no âmbito da saúde coletiva., inclusive fora utilizado como um dos indicadores para se efetivar um aumento de repasse para determinada equipe de saúde bucal.

Todavia nos PS analisados apenas 35% dos municípios fizeram alguma referência a tais ações.

Pergunta 4: Em seu Plano de Saúde, o município apresentou metas ou indicadores para a saúde bucal?



Nessa análise procuramos se houve nos PS alguma menção aos INDICADORES e/ou METAS relacionados às Políticas Públicas de Saúde Bucal.

De forma surpreendentemente positiva, tais INDICADORES/METAS foram elencadas em mais de 90% dos Planos de Saúde.

Dados coletados
entre os dias
02 e 07/06/2023.

Assim, a partir desse simples levantamento, podemos afirmar que, apesar da Saúde Bucal só agora estar elencada como um rol de ações e serviços obrigatórios no SUS, de certa forma, no Rio de Janeiro, os gestores já têm elencado a saúde bucal como um dos componentes essenciais do SUS, pelo menos no papel.

Agora, resta ao gestor, em todas esferas de governo, com o apoio do controle social, conseguir efetivar essa integralidade da atenção às ações direcionadas à produção social da saúde bucal.

A qualidade da inserção dessa produção nos instrumentos de gestão deve ser mencionada em estudos futuros. Assim é desejável que o município informe:

- As equipes de saúde bucal existentes, em quais unidades de saúde, se há necessidade de se contratar novos profissionais ou construir e reformar novas unidades ou adquirir novos equipamentos;
- As ações direcionadas à produção social da saúde bucal. Se há sistema de referência e contrarreferência em ambulatórios dos CEO e hospitais e qual o fluxo adotado;
- Quais as diretrizes, objetivos, metas e indicadores para saúde bucal e quais as ações transversais que poderão ser realizadas.



MOVIMENTO NACIONAL PELA VACINAÇÃO

O Movimento Nacional pela Vacinação tem foco prioritário na **retomada das altas coberturas vacinais do Brasil**. A mobilização inclui a vacinação contra a Covid-19 e outras vacinas do Calendário Nacional de Vacinação em várias etapas. O **movimento é uma das prioridades do governo federal para fortalecer o SUS e a cultura de vacinação do país**.

ESTADO FEDERAL
BRASIL
www.saude.gov.br



Eu acho que as pessoas não sabem o que dizem,

Não abriu o vídeo em seu navegador ou leitor de PDF. Não tem problema [CLIQUE AQUI](#)



**Vacina é vida.
Vacina
é pra todos.**



MOVIMENTO
NACIONAL PELA
VACINAÇÃO

[CONHEÇA O MOVIMENTO](#)



Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. **Brasil Soridente – Saúde Bucal no SUS**. Brasília, 2023. Disponível em:

<https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saps/brasil-soridente>

BRASIL. **Lei N° 14.572, de 8 de maio de 2023, Institui a Política Nacional de Saúde Bucal no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para incluir a saúde bucal no campo de atuação do SUS.** Brasília, 2023. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/L14572.htm

BRASIL. Ministério da Saúde. **Manual de planejamento no SUS**. 1. ed. rev. Brasília: Fiocruz, 2016. (Série Articulação Interfederativa, v. 4. Disponível em:

https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/articulacao_interfederativa_v4_manual_planejamento_atual.pdf

BRASIL. Ministério da Saúde. **Manual do usuário e sistema DigiSUS: Módulo Planejamento – DigiSUS Gestor**. Brasília: MS, 2020. Disponível em:

<https://digisusgmp.saude.gov.br/storage/conteudo/z6ljS0Dbt46aopstWNvFIY0o75wuMhtAxCLXdUTF.pdf>

BRASIL. Ministério da Saúde. **Sistema DGMP – Informações – Atualização no Ajuste do Plano de Saúde**: Evolução na funcionalidade sobre o ajuste no Plano de Saúde e a escolha de repercussão na PAS. Brasília, 2022. Disponível em:

<https://digisusgmp.saude.gov.br/informacao/noticia/i-classfa-fa-exclamation-triangle-fa-lg-stylecolororangeinnbsp-span-stylecolor-orangeatualizacao-no-ajuste-do-plano-de-saudespan>

OLIVEIRA, Érika T. de; DA SILVA, M. H.; TEODORO , T. A. D. ;; GONÇALVES , S. A. ;; BRANDÃO , L. A. ;; PEREIRA, S. G. ;; GÓES, R. W. L. **Políticas Públicas de Saúde Bucal no Brasil ao longo dos anos e as Mudanças nos Indicadores de Saúde**. Scientia Generalis, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 231–244, 2021. Disponível em:

<http://scientiageneralis.com.br/index.php/SG/article/view/199>

EXPEDIENTE:

Ministra da Saúde
Nísia Trindade Lima

Superintendente da SEMS-RJ
Maria Aparecida Diogo Braga

Chefe do SEINP-RJ
Ana Cássia Cople Ferreira

Equipe Técnica
Ana Paula Machado Martins
Angelica Adão Rezende
Danielle do Valle Garcia
Fernanda Rodrigues da Guia
Julianna Godinho Dale Coutinho
Mariana de Souza Malnati
Monique da Silva Turques
Nicolas Araújo Carlos Crapez
Richard Morita Oliveira
Sylvia Amanda da Silva Leandro

**Serviço de Articulação
Interfederativa e Participativa
da Superintendência Estadual
do Ministério da Saúde no Rio de
Janeiro
(SEINP-RJ/SEMS-RJ/SE/MS)**

Rua México, 128 - Centro
Sobreloja 1 - Sala 16
20031-142 - Rio de Janeiro/RJ

Telefone: (21) 3985-7566
E-mail: seinp.sems.rj@saude.gov.br



Esta obra está licenciada com uma
Licença [Creative Commons Atribuição - Não
Comercial - Compartilha Igual 4.0
Internacional](#). É permitida a reprodução
parcial ou total desta obra, desde que citada
a fonte.

**DISQUE
SAÚDE 136**



MINISTÉRIO DA
SAÚDE

